

Como citar este texto: TIBURI, M. Habitar como espaço das diferenças. **V!RUS**, São Carlos, n. 5, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=5&item=2&lang=pt>>. Acesso em: dd mmm. aaaa.

Habitar como espaço das diferenças

Márcia Tiburi

Márcia Tiburi é Graduada em Filosofia e em Artes, Doutora em Filosofia, professora do Programa de Pós-graduação em Arte, Educação e História da Cultura, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil, estuda filosofia contemporânea, filosofia da linguagem, ética, biopolítica e feminismo.

A proposição "habitar como espaço das diferenças" contém em si uma espécie de reivindicação que parte de uma conexão entre "Habitar", o verbo, e "as diferenças" não como "A Diferença", única e categorial, mas como algo que só se pode expressar pelo plural. A conjunção "como" implica um "modo" e este modo não pode estar previamente dado, ele deve ser construído: O Habitar não é, mas deve ser espaço das diferenças. E este dever é o modo da relação a estabelecer-se como política. Política é, neste caso, a tensão entre a identidade do ato de habitar e as diferenças que não se enquadram nele.

Habitar é sempre uma questão de identidade. Diferenças contradizem o ato de habitar.

Enquanto a palavra habitar carrega a memória do "hábito", aquilo que é do costume, do fazer cotidiano, e até mesmo da rotina e da repetição, a palavra "Diferenças" nos coloca no avesso de tudo que estamos acostumados. Habitar é um dado relativo à necessidade de incluir toda a não-identidade no campo da identidade, ou, em outras palavras, do Mesmo. Já "habitar como espaço das diferenças" só se pode dizer no sentido de uma construção que se deseja. A diferença implica algo de "eros", de ponte, de símbolo, de "amor".

Habitar é da ordem da Identidade. Diferente é aquilo que não se mistura, que não se reduz à identidade. Diferença é um termo que se usa sempre relativamente à identidade. Pensa-se Diferença em relação a algo. Diferença é não-identidade. Quando se trata de habitar, ela diz respeito ao conflito no seio do próprio ato de habitar excludente do ato de co-habitar. Apenas se e quando habitar devem co-habitar é que as diferenças não são aniquiladas.

Mas não é possível falar de habitar sem a identidade. A força (e a violência) da identidade é o que precisamos avaliar enquanto ela está inserida na condição do habitar. Assim, a pergunta que nos pode guiar nesta breve reflexão é: quem habita? Quem co-habita?

No seio do conflito há um perigo: se a diferença vence a identidade, ela pode tornar-se a nova identidade. Neste caso, na verdade, venceu o princípio da identidade. Logo, de que habitar se trata quando se quer preservar as diferenças sem que se tornem a nova identidade?

Habitar como lugar das diferenças sem que as diferenças sejam a nova identidade somente é possível desde que o ato de habitar seja entendido como partilha e, deste modo, como co-habitar democrático. É neste sentido que co-habitar é um ato político, enquanto habitar é antes um ato privado. A palavra democracia não diz muito no contexto de um abusivo uso retórico como vemos hoje. Habitar como espaço das diferenças sinaliza para a urgência prática em que a ação ética e política faça parte da ordem privada. Ética é preservação do incomum, política é construção do comum. Se o simbólico termo "casa" puder traduzir o que se deseja com "habitar", temos então a atividade de acolhimento, de hospitalidade, de reconhecimento. É de nossa experiência concreta a dificuldade de conviver com as diferenças, limites filosófico-psicológicos da subjetividade humana.

Podemos testar sua suportabilidade a partir de uma pergunta limite que tem o poder de nos confrontar com nossa própria subjetividade. No parágrafo sobre o eterno retorno na Gaia Ciência, Nietzsche põe uma pergunta na boca de um demônio dirigida ao leitor. Ela diz respeito à coragem de viver novamente tudo o que já se viveu, na intenção de confrontar aquele que é perguntado com seu próprio destino, para decidir se o ama ou se o odeia, se o nega ou se o reconhece. Gostaria de usar aqui o experimento de Nietzsche na intenção de testar nossa relação com as diferenças, deixando em aberto as respostas para que cada leitor certifique-se de sua própria capacidade de reconhecimento do outro.

Experimentum Crucis I

Para pensar a questão do habitar como co-habitar posso me perguntar: sou capaz de partilhar o espaço da casa ou apartamento onde moro com o mendigo que vive na rua? Aceitaria eu a sua diferença no lugar onde o "meu" habitar está instaurado? Respondo "sim", "não" ou "depende"?

Posso partilhar minha sala de trabalho com aquela pessoa que difere de mim em termos sociais, econômicos, estéticos e políticos? Até que ponto o privado é democrático e até que ponto ele é a mera afirmação da propriedade privada? Sou capaz de abdicar de minha privacidade?

Na prática não há partilha, há habitar, não co-habitar. Seria possível uma reconciliação entre teoria e prática? Entre privado e público?

Experimentum Crucis II

Sabemos que o espaço (seja ele parede ou roupa) determinou o gênero. A casa foi campo de concentração para mulheres. E ainda é, em muitos casos. A expressão gentil "vida privada"

não contempla o caráter de “exceção” como inclusão excludente que toca à vida das mulheres. Se as mulheres saíram de casa alcançando a vida pública, muitos homens, por sua vez, voltam-se aos poucos para o lar.

Em nossos dias, as determinações de papéis são abaladas de um modo que era imponderável há pouco tempo. Gênero e sexo são expressões que já sofreram desmontagens elucidativas. Aos poucos as pessoas aprendem a com-viver ou co-habitar com o simples caráter singular de cada um. Muitos já não se importam em parecer mulheres ou homens porque intuitivamente perceberam o caráter construído dos personagens, deram-se conta do caráter cultural das construções de gênero.

No entanto, este tipo de aceitação ainda é raro. Desde que nos tornamos a cada dia mais capazes de conviver com as diferenças relativas ao caráter binário “homem & mulher”, precisamos perguntar: posso aceitar aquele que, sendo intersexual, não se inscreve em gênero algum? Posso suportar aquele que está fora das “normas” como sujeito da total diferença? Posso conviver com o corpo hermafrodita do outro? Com um modo de vestir ou de agir que não se definem segundo qualquer padrão?

No extremo, a pergunta demoníaca: se meu filho nasce com um corpo inclassificável do ponto de vista do gênero (já que sexo é uma construção cultural que serve ao gênero) posso entregá-lo à medicina para que o coloque no padrão, na “norma”?

O acordo feito com o “jurídico” e o “científico” é o fim das diferenças, que sofrem – e morrem – sob o signo da identificação para a qual ética e política não passam de termos retóricos fracos, tanto quanto a bela palavra amor que muitos já tem vergonha em usar no contexto da co-habitação.

O que posso fazer quando estes pensamentos me atingem?